



**RELAÇÕES DE GÊNERO E A SELEÇÃO PARA O GINÁSIO NO TEMPO DOS  
“EXAMES DE ADMISSÃO” (DÉCADAS DE 1930 – 1970): ABORDAGEM TEÓRICA  
DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**

Elaine Prochnow Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como proposta estabelecer um diálogo entre a pesquisa de doutorado em andamento: “As estudantes, as professoras e as relações de gênero no período dos ‘Exames de Admissão ao Ginásio’ (Décadas de 1930 – 1970), e alguns teóricos que discutem gênero, narrativas, variação de escalas, evento, estrutura e representação, compreendendo-os no campo da História do Tempo Presente. O objetivo central do trabalho é refletir o aporte teórico como embasamento para a pesquisa, aprofundando discussões fundamentais no que tange o objeto de estudo. A metodologia de trabalho será elaborada a partir de leituras e reflexões sobre a obra de teóricos que discutem as temáticas supracitadas, em especial Joan Scott, Jörn Rüsen, Paul Ricouer e Reinhard Koselleck, encontrando conexões com o objeto do trabalho de pesquisa. Concluindo, espera-se contribuir com a produção do conhecimento e encontrar entrelaçamentos possíveis entre a teoria e a empiria, discutindo as representações das mulheres e as percepções das relações de gênero dentro do recorte temporal estabelecido.

**Palavras-chave:** Exames de Admissão ao Ginásio. Gênero. Historiografia. História do Tempo Presente.

## **DISCUSSÃO DO OBJETO**

*Por sua capacidade em abrir-se para o mundo, o acontecimento é inteiramente voltado para o devir, para o futuro, a partir da brecha que ele forma entre passado e futuro. (DOSSE, 2013, p. 100)*

Refletir a educação em pesquisas acadêmicas tem-se se constituído em prática recorrente ao longo dos últimos anos. Além das especificidades da História da Educação, historiadores têm levantado significativos debates sobretudo no âmbito da História Cultural e Social. Pretende-se aqui, empreender um debate no campo da História do Tempo Presente. Observa-se a importância desse campo a partir da aproximação das pesquisas acadêmicas com a educação básica. Muitos temas recorrentes em trabalhos científicos se constituem em aparato fundamental para reflexões em salas de aula, devendo conectar-se aos saberes escolares. Essa reflexão remete ao objeto de pesquisa intitulada *Relações de gênero e a*

---

<sup>1</sup> Mestra em Ensino de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC em 2016. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade, orientada pela Professora Dra. Cristiani Bereta da Silva. E-mail: elaineprochnowpires@gmail.com

*seleção para o ginásio no tempo dos “Exames de Admissão” (Décadas de 1940 – 1970)*<sup>2</sup>, que será discutido nesse artigo que tem como foco o período dos exames de admissão ao ginásio (décadas de 1930 – 1970) e a representação das mulheres em seu percurso de escolarização, percebendo as relações de gênero estabelecidas nesse contexto.

Relações de gênero tem aspectos conflituosos em muitos segmentos da vida. A sociedade molda seus costumes, tradições, práticas de acordo com elementos culturais que são concretados no cotidiano das pessoas. Pode-se afirmar que relações de poder estão imbricadas nesses conflitos. A partir dessa constatação, pensando a educação, depara-se com um dos primeiros entraves que mulheres enfrentaram: o difícil acesso delas na educação formal. O enraizamento cultural de atitudes e comportamentos marginalizaram o feminino no ambiente escolar. A começar com a segregação sexual e a maneira como eram pensados os currículos. As meninas tinham uma educação mais restrita e a justificativa era a fragilidade do sexo feminino, a inteligência menos favorecida e a sua missão materna que a impediam de progredir seus estudos (ROSEMBERG, 2013).

Os espaços político e religioso ditaram regras em comum acordo por muito tempo. Então, Igreja e Estado responsabilizavam-se pelos currículos escolares. As meninas encarregavam-se de aprender tarefas do lar, pois seria vontade de “Deus” que estas fossem boas esposas e mães. Além disso, a separação de meninos e meninas no ambiente escolar era prática recomendada pela igreja, pois o convívio poderia prejudicar o andamento da instituição escolar.

Várias reformas no ensino surgem na história de nosso país. Em 1931 oficializam o Exame de Admissão ao Ginásio que era uma espécie de portal de acesso, existia um status social impetrado na passagem desse ritual. A seleção estava dada a partir dos que o faziam, os que eram aprovados e os que não eram. Nesse sentido, importa observar a figura feminina num período onde o machismo era posto naturalmente e as contestações reprimidas. A maneira como essas meninas eram vistas pela sociedade e de que forma elas mesmas se percebiam naquele contexto masculinizado, é um questionamento fundamental, onde estudar

---

<sup>2</sup> Pesquisa vinculada ao projeto Exames de admissão ao ginásio e o ensino de história do Brasil (décadas de 1930-1970), coordenada pela Profa. Cristiani Bereta da Silva e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Teve sua primeira fase desenvolvida no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2016 e uma segunda fase foi aprovada para ser desenvolvida no triênio 2016-2019 (Processo: 310995/2015-9).

significava ascender socialmente (para os meninos). Além disso, para muitas famílias pobres, “suas filhas não precisavam estudar, pois entendiam que as meninas, desde muito cedo e sem escolaridade formal, já tinham conhecimento suficiente para ajudar os pais na manutenção da família” (AREND, p. 76, 2013). Essa forma de seleção perdurou por quarenta anos, iniciada no governo do então presidente Getúlio Vargas.

Assim, observando por um prisma mais superficial, tende-se a caracterizar este período com a existência de papéis bem definidos para homens e mulheres. Essas funções realmente estavam dadas socialmente, no entanto, não se pode incorrer no equívoco de naturalizar esse processo e julgar que não haviam resistências. Entende-se que a superação do desejo de enfrentar o exame de admissão ao ginásio e prosseguir os estudos, era sim, uma forma de resistência encontrada por essas meninas para, se não para abolir, ao menos, diminuir a opressão masculina.

Dito isso, observa-se que o intrincamento do tempo, não mais como uma cronologia factual, mas como regimes de historicidades envolvidos no vai e vem da história nos faz perceber a operação historiográfica de maneira mais abrangente. O deslocamento da atenção do/a historiador/a, o olhar sensível às fontes e o diálogo com outras áreas do conhecimento trouxe aos/as pesquisadores/as novos objetos e campos de pesquisa e à história, uma nova ordem do tempo.

Nesse contexto, entende-se que o aprofundamento do olhar teórico nas questões apontadas é primordial para que se construa conhecimento historiográfico que conecte com o objeto de pesquisa apresentado. Pensar partindo da teoria da história entrelaçada com a forma avaliativa que se pretende analisar, além de tornar o estudo denso e significativo, abrirá horizontes de análise.

## **TEORIA E EMPIRIA: EMARANHADO DA TRAMA DA PESQUISA HISTÓRICA**

*O problema está posto e atormentará toda uma filosofia literária da história: que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram?*  
(RICOUER, 2007, p. 253)

A educação no Brasil e as relações de gênero são peça fundamental da discussão empreendida nesse artigo, pois configura-se nos anseios em historicizar um período, em que

determinado tipo de avaliação se constituía em degrau de ascendência social. As representações acerca desse exame serão analisadas a partir de narrativas, obtidas em entrevistas com pessoas que realizaram a prova de seleção ao ginásio.

Paul Ricouer (2010) trata da narrativa como conceito que torna acessível a experiência humana no tempo, ou seja, o tempo só se torna humano através da narrativa, pois o acesso a materialidade só se dá por meio da linguagem e a construção do tempo histórico pelo/a historiador/a deriva das configurações narrativas. A interpretação dessa narrativa fica a cargo do/a historiador/a, que é também um/a leitor/a. Nesse sentido, “o/a historiador/a precisa lidar com diferentes níveis narrativos e interpretações de uma ponta a outra” (SILVA, 2014, p. 20, **grifos meus**), para que se possa produzir uma narrativa possível sobre o passado.

Trazer à tona memórias de um passado, problematizando as possíveis dores que estas possam causar, é um trabalho que requer sensibilidade no trato com as fontes. Existem memórias que podem ter sido apagadas pela dor, pelo constrangimento e nesse sentido, Ricouer (2007, p. 423) assinala que “o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história”. Para o/a historiador/a, o desafio está posto no sentido de compreender esses esquecimentos e interpretar a narrativa exposta a partir desses conceitos.

Nessa mesma obra, Paul Ricouer traz reflexões sobre a variação de escalas, que no objeto em questão pode-se pensar os exames de admissão ao ginásio (a forma avaliativa) como uma estrutura em que a representação das mulheres se configura no acontecimento. Assim, é necessário utilizar a “lupa” para perceber os detalhes sensíveis que os possíveis conflitos nas relações de gênero possam apresentar. O autor aponta que os acontecimentos são os mesmos, mesmo quando mudamos de escala, no entanto, existem conexões não percebidas em determinada escala e quando aproxima-se a “lupa” podemos observá-las. Então, a “lupa” na pesquisa histórica é o olhar apurado e sensível do/a historiador/a sobre questões antes não observadas em uma visão macro. São detalhes que trazem à tona novas formas de análise de determinado acontecimento.

Ao pensar os conflitos nas relações de gênero, pode-se recrutar o que Paul Ricouer (2007) denomina de escala de eficácia ou de coerção. Uma escala de cima para baixo pode ser invertida, tornando o olhar do/a pesquisador/a apurado ao detalhe social, pois “na medida em que uma presunção de submissão dos agentes sociais parece solidária com uma escolha macro

histórica de escala, a escolha micro histórica induz uma expectativa inversa [...] nas quais são valorizados conflitos [...], sob o signo da incerteza” (RICOUER, 2007, p. 230). Nesse sentido, o autor nos dá um caminho para pensar as relações de forma distante dos binarismos, refletindo opressores, oprimidos de maneira entrelaçada a partir das resistências, das lutas, sem identificá-los como masculino ou feminino e sim como agentes do processo.

Além da relação entre homens e mulheres, outro aspecto são os interesses do Estado sobre o currículo e a elitização do ambiente escolar. Estes podem conferir uma variação de escalas partindo da lógica das grandezas e justificação que se insere na escala dos graus de legitimação, esta se refere aos “graus de grandeza a que se podem pretender os agentes sociais na ordem da estima pública” (RICOUER, 2007, p. 232). Aqui existe um campo de disputa de poder e são as situações de discórdia que aumentam os pedidos de justificações dos atores sociais, nesse caso o Estado e a classe dominante no período dos exames de admissão ao ginásio.

Ao pensar os exames de admissão ao ginásio como uma estrutura, remetemo-nos a Reinhard Koselleck (2006, p. 136), quando este afirma que as estruturas em suas “constantes temporais ultrapassam o campo da experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos em um evento”, pois são inúmeras as experiências, algumas representativamente positivas outras não e toda história é constituída pelas experiências das pessoas e pelas expectativas que estas sofrem.

A partir disso, pode-se refletir outro conceito discutido por Koselleck (2006), o tempo histórico. Este se define como a tensão entre expectativa e a experiência, que de alguma forma, suscita soluções. Entretanto, um futuro histórico nunca é resultado de puro e simples passado, portanto o tempo histórico só pode ser narrado por metáforas para ser compreendido, daí a importância de categorias que ajudam a explicar que a presença do passado é diferente da presença do futuro. Sendo assim, o tempo histórico é plural e diversificado, não é único como o tempo do calendário, ele é variável assim como a experiência humana. No objeto de pesquisa em análise, podemos perceber vários estratos do tempo, superpostos e simultâneos, estruturas de repetição que não se esgotam na sua unicidade, cabendo ao/a historiador/a interpretação e teorização do conhecimento histórico. Portanto, o tempo é definido como uma construção cultural datada e que modifica as relações entre presente e passado (KOSELLECK, 2006).

Outro conceito fundamental discutido por Reinhart Koselleck (2006) trata do advento do progresso. O autor discute uma aceleração do tempo, de mudanças feitas em intervalos menores, de diferença entre passado e futuro que se alargam. A conexão estabelecida nessa categoria com o objeto de estudo em discussão, se dá na percepção desse tempo representado pelas pessoas que configuram a fonte do trabalho. A maneira como é sentida essa aceleração e em que medida a representação adquirida é influenciada pelo entrelaçamento temporal.

Os estratos do tempo, também compreendidos como estratos de experiências, que podem ser observados, vogam na relação das avaliações, que aqui configuram a estrutura e que portanto serão descritos com as relações de gênero estabelecidas no período em que são narradas. Portanto, as camadas da história que se propõe a decifrar são as múltiplas facetas que as leis do ensino (reformas), muitas vezes impõem a uma população que não está apta ao modelo proposto, imprimindo uma seleção elitizada e quase sempre preconceituosa. Há que se compreender também que as estruturas perpassam por inúmeras extensões temporais e que são necessariamente mediadas e interpretadas pelo olhar do/a historiador/a. Portanto, “fazer trabalho de historiador/a não significa saber como as coisas realmente aconteceram. Significa apreender uma lembrança, tal como ela surgiu no instante do perigo” (DOSSE, 2013, p. 121, **grifos meus**). Ao pensar as narrativas obtidas através da história oral, recruta-se novamente a sensibilidade do ato de ouvir sensivelmente as lembranças relatadas pelas pessoas e que, em algum momento, podem revelar-se ao/a pesquisador/a.

Além dos conceitos de narrativa e variação de escalas, Paul Ricouer (2010) também contribui no campo metodológico da pesquisa, a considerar as fases de operação historiográfica. A primeira delas, o estágio dos testemunhos, a recolha das informações através das próprias entrevistas. A segunda, diz respeito aos questionamentos que o/a historiador/a fará aquelas fontes, ou seja, a compreensão das narrativas. E por fim, o plano de escrita, a representação sobre o passado. Essa articulação das três fases é também conceituada como representação historiadora, pois a narratividade deve preencher uma lacuna da explicação sobre o acontecimento, a partir do que Paul Ricouer denomina de Representância, que por sua vez, é uma espécie de pacto entre o/a escritor/e o/a leitor/a, indagando-se como e em que medida o/a historiador/a satisfaz a expectativa desse pacto, se a promessa manifestada pelo/a leitor/a será cumprida. De acordo com o autor:

A palavra ‘representância’ condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que é chamado também de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (RICOUER, 2007, p. 289).

A escolha do trabalho com narrativas nasce de um pressuposto básico da atividade de narrar, ela permite que os pensamentos afluam e que os significados da história vivida venham à tona transparecendo a experiência temporal. “O tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição de existência temporal” (RICOUER, 2010, p. 93). Portanto, previamente a qualquer discurso narrativo já existe na língua, uma complexa rede conceitual que já traz dentro si seus potenciais narrativos, a partir da história oral.

As possibilidades da investigação a partir da história oral são defendidas e subsidiadas pelas autoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1998). Nesse sentido, observa-se que existe uma variação de escalas no uso sistemático do testemunho, pois admite-se a possibilidade de esclarecimento de trajetórias individuais. É a análise de baixo para cima. Muitas vezes são depoimentos de analfabetos, mendigos, crianças. No caso do trabalho em discussão, principalmente de mulheres e seu percurso de escolarização nas décadas de 1930 a 1970. As versões menosprezadas pela história oficialmente escrita e documentada pode ser reavivada a partir da história oral. Vozes antes inaudíveis são agora percebidas e alto e bom tom.

A história oral, a partir das entrevistas (que são resultado do diálogo entre sujeito e objeto de estudo) torna possível a busca de novos caminhos interpretativos, aproximando o sujeito e objeto de estudo. A narrativa se compõe como elemento estruturante da história oral. “A denominação história oral é ambígua, pois adjetiva a história, e não as fontes - estas, sim, orais” (AMADO; FERREIRA, p. 14, 1998). Nesse sentido, a pesquisa com fontes orais ancora-se em prismas individuais, expostos nas entrevistas. Estas, portanto, são legitimadas como fontes. A saber, a história oral afirma-se na perspectiva temporal da história do tempo presente<sup>3</sup>, pois ela se faz objeto da pesquisa e reflexão histórica.

A discussão dos conceitos de igualdade e diferença do gênero são amparadas na teoria de Joan Scott (2005) que traz uma discussão sobre identidades individuais dos sujeitos. Esse

---

<sup>3</sup> A discussão acerca da História do Tempo Presente será empreendida na terceira parte deste artigo.

aporte teórico se encontra como fundamentação na discussão de alguns conceitos tidos como exclusividade masculina ou feminina. A referida autora defende que esses conceitos não são opostos, mas interdependentes, que estão necessariamente em tensões. Estas se resolvem historicamente e não são escolhas morais e intemporais, conectando com a discussão estabelecida por Paul Ricoeur (2007), sobre os equívocos em relação aos binarismos quando estudamos a história cultural e social. O autor faz uma crítica contundente acerca da prática desses binarismos afirmando que:

O tratamento das relações entre cultura erudita e cultura popular foi particularmente afetado por esse pressuposto (**binarismo**), solidário a uma leitura de cima para baixo da escala social; outros pares que dependem de sistemas binários similares foram igualmente consolidados pelo mesmo preconceito: força vs fraqueza, autoridade vs resistência, e em geral dominação vs obediência, segundo o esquema weberiano da dominação. (RICOUER, 2007, p. 223, **grifos meus**)

Portanto, a história das mentalidades, quando incorporou apenas a escala macro histórica, permaneceu a discutir o conceito de pressão social, identificando oprimidos sem resistência, ou resistências enfraquecidas pela opressão como uma força irreversível. No entanto, quando utiliza-se a escala de baixo para cima, observa-se não mais os opostos de forma binária, e sim, agentes do processo histórico atuando socialmente de acordo com o evento estruturado a sua volta e a representação que esses sujeitos tem daquele momento da história. Pois, a unidade de sentido que faz de diferentes acontecimentos um único evento, é composta de um mínimo de antes e de depois.

O objeto de pesquisa apresentado no início desse artigo necessita de um bom arcabouço teórico na discussão da categoria gênero. A professora e pesquisadora Joana Maria Pedro (2005) contribui nessa discussão a partir do uso da categoria gênero na pesquisa histórica. A pesquisadora problematiza conceitos como fragilidade feminina, a diferença biológica do sexo, dentre outros que são fundamentais para a compreensão da representação que mulheres e homens fazem de seu papel na sociedade.

A categoria de análise “gênero” também se compõe como ferramenta fundamental para que se possa compreender relações sociais, culturais, conflituosas ou não existentes entre os sujeitos. A partir de tal análise e calcado na visão de que essas relações são fundamentalmente baseadas em disputas de poder, é fundamental refletir de que forma essas relações se constituíam no período em que se realizavam os exames de admissão ao ginásio e

quais as consequências que estas poderiam representar na vida das mulheres. Entende-se que esta disputa de poder influencia o entendimento dessas mulheres em relação a sua inserção social e sua visão política e de mundo. Dessa maneira, o aporte teórico discutido por Joan Scott, deixa claro a ideia de que o gênero é elemento estruturante de relações sociais calcadas em diferenças observadas entre os sexos e, portanto, o gênero é conceito significativo no que tange atos de poder. (SCOTT, 2005). Para além disso, os estudos de gênero nos fazem compreender que os sujeitos se constituem historicamente em espaços de poder e que essas construções interferem social e culturalmente em suas práticas cotidianas, em sua visão política, em seu ser e estar na sociedade.

A sociedade, o espaço escolar, dentre outros segmentos sociais se constituem em lugares onde as diferenças são evidenciadas. Assim, pode-se compreender como uma forma de avaliação (os exames de admissão ao ginásio), configura-se excludente desde o acesso até as distinções feitas entre os sujeitos. “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p. 58). Então, não só prestar o exame, mas ser aprovada e seguir seu percurso escolar, imprime um processo de legitimação, luta e resistência para essas meninas/mulheres.

Joan Scott (1995, 2005) entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, entendendo que existe uma relação imbricada entre saber e poder, gênero está necessariamente entrelaçado em relações de poder, sendo uma primeira forma de dar sentido a estas relações. Portanto, gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, dentro de uma hierarquia pensada de forma imobilizada e binária. A autora admite diferenças entre os corpos sexuados. No entanto, o que impacta a discussão e dá sentido ao conceito de gênero são as formas como significam culturalmente as diferenças reverberando relações hierárquicas entre elas.

Na definição de Joan Scott (2005), é necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental e relativizar conceitos de masculino e feminino, buscando principalmente um novo olhar sobre os símbolos e as linguagens. Esses significados são construídos sobre a sustentação de uma percepção das diferenças, incluindo relações sociais entre mulheres e homens. (CARVALHO, 2011)

Dessa maneira compreende-se gênero a partir de uma categoria de análise, possibilitando o aprofundamento de sentidos elaborados sobre o masculino e o feminino, percebendo mulheres e homens em incógnitas a ser solucionadas, sem fixá-los em papéis, funções ou definições preestabelecidas e naturalizadas socialmente. Joan Scott (2005) entende sexo versus gênero, a partir de um universo de símbolos, significados e sentidos que organizam socialmente aquilo que podemos enxergar nos corpos e nas relações sociais

Entretanto, essa compreensão das diferenças entre os corpos não leva à gerencia do binarismo entre sexo e gênero. Pois, se o corpo é sempre entendido a partir de um ponto de vista social, o conceito de sexo estaria subsumido no conceito de gênero (NICHOLSON, 2000). Assim, seria insensato pensar o sexo como pertencente à natureza, esta sim inquestionável, pois a própria distinção entre a cultura e a natureza já se define como um artefato cultural.

## HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÃO FUNDAMENTAL

*O presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão, o presente do futuro é a expectativa. (Santo Agostinho, 397 – 401, p. 269)*

Não existe uma definição consensual do que seria a História do Tempo Presente, mas sim diversas conceituações de diversos autores, que por vezes se contrapõe e outras convergem, ou seja não é um campo fechado e definido. A História do Tempo Presente possui balizas moveis, como assinala François Dosse (2013). Nesse sentido, importa saber que um estudo não pertence ao campo da História do Tempo Presente somente pelo recorte temporal, mas pode se justificar de inúmeras maneiras, como afirma Henry Rousso (2016, p. 14, **grifos meus**), “a característica primeira do tempo próximo é precisamente a presença de atores que viveram os conhecimentos estudados pelo/a historiador/a e capazes eventualmente de testemunhá-los”. Assim, compreende-se o objeto aqui discutido na tessitura da História do Tempo Presente, a partir das testemunhas do período estudado.

Para compreender melhor iniciamos a discussão sobre a modernidade. Esta só pode ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores, vindo ao encontro do “progresso”. Na modernidade quanto menor a

experiência maior é a expectativa, assim, a assimetria entre os dois conceitos foi interpretada como progresso, pois este é entendido como um novo horizonte de expectativa. Desde então a história é percebida como um processo contínuo e crescente de aperfeiçoamento. A partir de então o horizonte de expectativa passa a incluir o coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo.

Houve uma nova forma de experimentar o tempo e assim um novo conceito de história, proclamando uma historicização do tempo e uma temporalização da história. Sendo assim, o/a historiador/a em sua narrativa, faz uso de novas imagens para expressar aquelas do acontecimento passado. Nesse sentido, a pluralidade do ponto de vista é comum ao conhecimento histórico ao buscar uma pretensão de verdade. Nesse sentido, a aproximação da verdade pode ser dada a partir do confronto de diversos testemunhos em relação aos acontecimentos no período dos exames de admissão ao ginásio, bem como no percurso de escolarização das pessoas que compuseram o universo da pesquisa.

O tempo histórico surge como elemento de consolidação das experiências e, sob um olhar treinado encontra uma perspectiva retroativa. Por exemplo, um fato pode ser irrelevante num momento mas decisivo em outro. Para além disso, é fundamental a compreensão do distanciamento. O distanciamento necessário da História do Tempo Presente não é dado pelo tempo e sim pela ética, porém a realidade é uma mistura entre objetividade e subjetividade, por isso devemos estar vigilantes lidando com nossos preconceitos e manejando com cuidado nossas posições políticas no diálogo com o trabalho científico. É preciso certa dose de coragem para desvendar as “falsas” lembranças. Também o posicionamento político do/a próprio/a entrevistado/a, pois abordagens em relação ao gênero é tema sensível na atualidade, tendo em vista movimentos conservadores que tem levantado uma bandeira contrária a esses diálogos.

A História do Tempo Presente é o lugar mais visível para o embate entre história e memória, discussão imprescindível no presente trabalho, por isso é necessário compreender o conceito de memória. A memória é constituída de uma linha reta com passado, com lembranças vagas, contraditórias, distorcidas e silenciamentos, ela não possui nenhuma crítica, é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Logo, se a memória só se explica pelo presente, é deste mesmo presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São os apelos do presente que

explicam porque a memória retira do passado apenas os elementos de seu interesse. A memória exerce poder sobre a identidade de um grupo, oferecendo elementos por quais os indivíduos se veem como pertencentes ao coletivo. (CARDOSO; VAINFAS, 2012)

Para escrever a história deve-se estar atento a esta constituição da memória, para perceber os detalhes que a escala de baixo para cima nos permite enxergar. É fundamental cruzar fontes, produzir embates, formular perguntas novas a velhas fontes. Para questionar a memória é preciso distinguir o fato histórico verificável e a ficção, questionar as tradições inventadas com a suas lembranças e lugares de memória, reconhecer as produções de esquecimento. Fundamental portanto, apropriar-se do conhecimento histórico do recorte pesquisado, nesse caso as décadas de 1930 a 1970, para resguardar-se das armadilhas das memórias ouvidas.

É importante discutir a constituição de um novo período histórico e não apenas da correlação dos eventos traumáticos. A marca desse século seria a instabilidade, a aceleração, o pânico pelo esquecimento e a obsessão por memória e nesse processo surgem demandas pelas memórias das minorias. Nesse sentido, indaga-se em que medida a discussão de gênero e da história das mulheres se enquadra num conceito de minorias. Quantitativamente, não seria possível, mas sim tornando protagonistas aqueles/as que sempre foram coadjuvantes (e aqui o conceito de minoria se enquadra), é que o trabalho do/a historiador/a se apresenta como fundamental na arte de narrar a história do tempo presente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo discutiu o objeto de pesquisa em desenvolvimento: “Relações de gênero e a seleção para o ginásio no tempo dos “Exames de Admissão” (Décadas de 1940 – 1970)”, em concomitância com arcabouços teóricos e conceitos que permeiam e embasam o processo que desenvolverá o trabalho de doutoramento proposto no projeto de pesquisa em questão.

Verificou-se a importância da aproximação do universo acadêmico com o escolar, observando as contribuições que pesquisas acadêmicas levam ao público que lida com saberes escolares. A educação como pauta de estudos científicos traz relevante aporte para a compreensão de questões significativas que carecem de discussão na educação básica. Dentre estas, destaca-se a história das mulheres e as relações de gênero no curso da história.

Rüsen (2010) discute narrativa histórica, foco central do trabalho aqui elucidado, que será elaborado a partir da história oral. O autor apresenta conexões do aprendizado histórico obtido a partir da arte de narrar:

O aprendizado histórico pode, portanto, ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem. (RÜSEN, 1994 Apud. RÜSEN, 2010, p. 43)

Observa-se assim, uma interrelação das discussões de educação histórica e narrativa. Esse imbricamento conceitual pode tornar-se ferramenta fundamental para análise de narrativas obtidas através da história oral advinda das fontes abarcadas para esse trabalho de investigação. Nesse sentido, identifica-se o movimento das dimensões temporais sugeridos pelo autor, e o significado desse nas discussões da temática em questão.

Paul Ricouer (2007, 2010) configura peça fundamental para o embasamento teórico do trabalho proposto. Além das contribuições acerca de conceitos como narrativa, temporalidades, as variações de escala refletidas sobre o objeto aqui apresentado, vem ao encontro da sensibilidade no olhar do/a historiador/a que trata de temáticas micro históricas, identificando sujeitos antes não percebidos no processo histórico. Trata da “lupa” que aumentará a visão aos detalhes e estabelecerá novas conexões antes não observadas.

A partir disso, compreendeu-se também que o processo avaliativo estudado a partir do objeto apresentado, compreende o aspecto estrutural do trabalho que deverá ser descrito. Já a representação das mulheres acerca de seu percurso de escolarização se constitui em eventos que deverão ser narrados.

O estudo da história das mulheres e as relações de gênero, que caracterizam o objeto de estudo, ganham base a partir do aporte de Joan Scott (1995, 2005). A autora reflete questões prementes acerca da utilização do gênero como categoria de análise. Discute também elementos essenciais da epistemologia do conceito gênero e suas reverberações na sociedade.

Por fim, e de fundamental relevância, empreendeu-se uma discussão acerca da História do Tempo Presente, campo que norteia as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. A História do Tempo Presente possibilita a utilização dos conceitos e categorias discutidas nesse artigo, pois discute

a ética do/a historiador/a no trato com seu objeto de estudo e as fontes. Aproxima o olhar e identifica detalhes sensíveis que importam à historiografia moderna. Enfim, o entrelaçamento teórico com a empiria preterida, ilumina o trabalho e clarifica novos horizontes no que tange o estudo da história das mulheres e as relações de gênero no período das avaliações seletivas denominadas “Exames de Admissão ao Ginásio (décadas de 1930 – 1970).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 107-118, jun2012. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3768/3184>>. Acesso em 29 dez. 2015.

AKSENEN, Elisângela Zaperlon. **Os exames de admissão ao ginásio, seu significado e função na educação paranaense**: análise dos conteúdos matemáticos (1930 – 1971). 145fl. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PUC-PR, 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br/repositorio/000025/0000259D.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2015.

AREND Silvia Maria Fávero; MACEDO Fábio. **SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1 p 201-216, 2009. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 65-83.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 16 n. 46 p 99-115, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a06.pdf>>. Acesso em 29 dez. 2016.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional** 6(2): 93-112, Inverno, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133/1614>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). “Apresentação” in **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp vii – xxv.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

\_\_\_\_\_. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p 1-33, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em 29 dez. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p 77-98, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Acesso em 22 set. 2015.

PIRES, Elaine Prochnow. Ideias **históricas de jovens do ensino médio sobre representação das mulheres no ensino de História do Brasil**: estudo de caso. 191 fl. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Programa de Pós Graduação profissional em Ensino de História – PROFHISTORIA da Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis. UDESC, 2016.

\_\_\_\_\_. Corpo, prazer e trabalho. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238-259.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Tempo e Narrativa. In:\_\_\_\_\_ **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. V.1. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010, p.93-155.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333 – 359.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe da história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". *Cultura histórica*. Traduzido para o espanhol por F. Sánchez Costa e Ib Schumacher, 2009, p.1-31. Disponível em: <[www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html](http://www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html)>. Acesso: 12 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Com o dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **Revista: História da historiografia**. Número 02, mar 2009. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **História viva. Teoria da História III:** formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. In: BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 93-108.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100,1995. Disponível em: <[https://archive.org/stream/scott\\_gender#page/n9/mode/2up](https://archive.org/stream/scott_gender#page/n9/mode/2up)>. Acesso em: 29 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em 22 set. 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Educar para a nação:** cultura, política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: PR: CRV, 2014.